



FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA

CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

HELOISA FLAVIA DORNELAS E

ROSANA FERREIRA DIAS

**A AUDITORIA INTERNA COM INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO DE
FRAUDES E ERROS.**

Estudo de caso: concessionária de veículos.

CARATINGA - MG
2012



FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA

HELOISA FLAVIA DORNELAS E
ROSANA FERREIRA DIAS

A AUDITORIA INTERNA COM INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO DE FRAUDES E ERROS.

Estudo de caso: concessionária de veículos.

Monografia elaborada como exigência do curso de graduação em Ciências Contábeis, conclusão do curso de graduação em Ciências Contábeis da FIC – Faculdade Integradas de Caratinga.

FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA

FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACICON

FOLHA DE APROVAÇÃO

A monografia intitulada **A AUDITORIA INTERNA COM INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO DE FRAUDES E ERROS. ESTUDO DE CASO: CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS**, pelas alunas **Heloisa Flavia Dornelas** e **Rosana Ferreira Dias**, a banca foi aprovada por todos os membros da banca examinadora e aceita pelo curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Caratinga- FIC, como requisito parcial à obtenção do título de **BACHAREL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**.

Caratinga, 06 de dezembro de 2012. .

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi mais uma vitória, diante das muitas outras que estão por vir. Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força e saúde diante das dificuldades, para superar cada obstáculo, que surgiu nesse percurso. A meu Pai e minha Mãe, por estarem sempre me incentivado a batalhar por aquilo que quero. Pelo carinho e compreensão em todos os momentos precisos.

Aos amigos e colegas de classe pelo companheirismo, e também ao meu namorado por entender as vezes que precisei estar ausente, pois algumas etapas necessitavam de mais atenção aos estudos.

Obrigado a todos aqueles que me apoiaram e que não foram citados, mas sabem que também foram importantes nessa caminhada.

“Deus nunca disse que a jornada seria fácil; mas ele disse que a chegada valeria a pena” Max Lucado.

Heloísa Flávia Dornelas

Chegar aqui não foi fácil, mas olhando para o caminho, posso perceber a grandeza do amor de Deus e a perfeição de tudo o que Ele faz. Obrigada Senhor, por tornar este momento tão especial. A minha mãe Lucia, pelo amor, dedicação e puxões de orelha que às vezes foram necessários. Ao meu irmão Junior, mais que especial em minha vida. Aos mestres, obrigada pelo apoio; aos meus colegas pelos 4 anos de convivência, que geraram amizades, conflitos e momentos com certeza inesquecíveis.kkk. E por fim, não posso deixar de agradecer, ao meu noivo, Thiago, por seu amor e paciência em todos os momentos, Te Amo Muito. A todos que oraram por mim para que eu alcançasse a vitória, Deus os abençoe.

“Muitos são os planos no coração do homem, mas o que prevalece é o propósito do Senhor.” Provérbios 19: 21 – NVI.

Rosana Ferreira Dias

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 REFERENCIAL TEÓRICO	08
2.1 Evolução Da Auditoria.....	08
2.2 Auditoria Interna.....	08
2.3 Objetivos da Auditoria Interna.....	11
2.3.1 Auditoria interna X Auditoria externa	11
2.4 Quanto à pessoa do auditor	14
2.4.1 Condições culturais	15
2.4.2 Condições legais	15
2.4.3 Condições intelectuais	15
2.4.4 Condições de integração profissional	16
2.4.5 Condições de educação e civismo	17
2.4.6 Condições morais	17
2.4.7 Condições relativas à ética profissional	18
2.5 Controles Internos	18
2.5.1 Processo de Auditoria	19
2.5.2 Planejamento	19
2.5.3 Procedimentos de Auditoria	20
2.5.3.1 Inspeção	21
2.5.3.2 Confirmação	21
2.5.3.3 Contagem	21
2.5.3.4 Observação	21
2.5.3.5 Repetição.....	22
2.5.4 Técnicas de Auditoria	22
2.5.5 Relatórios de Auditoria Interna	24
2.5.5.1 Importância do Relatório	25
2.5.5.2 Tipos de Relatórios.....	25
2.6 Ética Profissional.....	26
2.6.1 Independência.....	27

2.6.2 Integridade	27
2.6.3 Eficiência	27
2.6.4 Confidencialidade	28
2.7 Fraude e Erro	28
2.8 A importância e necessidade da auditoria interna.....	30
3 ESTUDO DE CASO	32
3.1 Histórico da empresa.....	32
3.2 Metodologia.....	33
3.2.1 Análise Dos Controles Gerais	34
3.2.1.1 Análise dos controles internos	34
3.2.1.2 Análise dos Controles das Disponibilidades	35
3.1.3 Análise dos Controles das Compras	36
3.1.4 Análise dos Controles dos Estoques	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

ANEXOS (Questionários de controles internos, controle das disponibilidades, controle das compras e controle de estoques).

1 - INTRODUÇÃO

Desde o início das transações comerciais, fizeram-se necessárias às atividades de controle e supervisão sobre os negócios. SÁ (2004, p.173); e com a evolução das organizações e do relacionamento das mesmas com clientes, acionistas, fornecedores ou outras empresas, as atividades se diversificaram, ramificaram e ampliaram, exigindo cada vez mais necessidade de fiscalização e suporte à gestão.

Devido a tais mudanças e necessidades, a auditoria vem sendo cada vez mais importante para as organizações, pois proporcionam as organizações maior segurança e autenticidade dos relatórios, sendo de vital relevância para as organizações, sócios, acionistas e terceiros.

A auditoria hoje esta se tornando mais que uma ferramenta de controle dentro das organizações, não se limitando somente a descoberta de fraudes e erros, mas também como uma ferramenta de gestão que contribui fortemente para o processo de aprimoramento da governança das organizações.

O alvo do estudo foi uma organização complexa, sendo uma Concessionária de Veículos que abrange diversas atividades como vendas e prestação de serviços automotores. Diante de tal informação, este trabalho buscou qual a importância que a auditoria interna teve na identificação e prevenção de fraudes e erros no ramo de revenda de veículos da empresa X.

Visando a avaliação de controles internos a auditoria é parte de relevante importância para o planejamento administrativo e contábil.

Reconhecendo o valor que a literatura e a prática dão ao processo de auditoria, como uma das principais aplicações de conhecimento contábil, a questão que constituiu o problema da investigação da pesquisa foi: Como a auditoria interna pode ser utilizada na prevenção de erros e fraudes nas empresas, a partir de um estudo de caso na empresa X do ramo de veículos?

A auditoria interna, em específico em concessionárias de veículos, em razão da grande diversificação das atividades que envolvem esta atividade, torna-se muito

importante, pois diante de vários setores e funções, torna-se impossível um controle único pelo administrador.

Diante da necessidade de controle e total gerenciamento das operações e atividades da empresa, é necessário buscar ferramentas que auxiliem no processo de gestão.

Desta forma a auditoria interna serve como um instrumento que as empresas podem utilizar para desenvolver suas atividades, para avaliar e examinar em determinado período o desempenho, e também detectar problemáticas, fraudes e erros, sugerindo assim correções.

A Auditoria interna é definida segundo o Instituto de Auditores Internos de New York como;

Atividade de avaliação independente dentro da organização, para a revisão de contabilidade, finanças, e outras operações, como base para servir à administração. É um controle administrativo, que mede, avalia e verifica a eficiência de outros controles.

Cabe então ao auditor interno, avaliar de forma eficaz todos os controles internos, pois sua avaliação é indispensável para o sucesso da organização.

Sendo assim, o presente trabalho discorre sobre a atividade de auditoria interna, e sua importância para as organizações, enfatizando sua atuação na descoberta de fraudes e erros.

Diante do problema citado o objetivo geral deste estudo consiste em demonstrar a importância da Auditoria Interna na estrutura organizacional e na descoberta de fraudes e erros dentro da Concessionária X.

Logo, os objetivos Específicos consistem em:

- Descrever a estrutura organizacional adotada pela empresa em questão;
- Analisar quais os fatores primordiais a serem analisados pelo auditor;
- Mostrar as diferenças principais da auditoria interna e auditoria externa;
- Mostrar a importância da auditoria interna e suas fundamentações em auxiliar a administração da empresa em questão.

2. REFERENCIAL TEORICO

2.1 - Evolução da auditoria

Segundo Araújo (2008, p. 10) a palavra auditoria origina-se do latim audire (ouvir), e teve seu início no século XIX, em decorrência da Revolução Industrial, sendo que era necessário auditar as novas corporações que substituíam a produção artesanal.

Conforme FRANCO e MARRA (1992, p. 22), auditoria pode ser definida como:

A técnica contábil que objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com princípios fundamentais e normas de Contabilidade e se as demonstrações contábeis deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas.

A auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado. ATTIE (2006, p. 25).

Conforme Almeida (1996):

Com a expansão dos negócios houve a necessidade de dar maior atenção às normas ou aos procedimentos internos. Isso decorreu do fato de que o administrador e, em alguns casos, o proprietário da empresa, não poderia supervisionar pessoalmente todas as suas atividades.

Embora seja difícil obter um consenso entre os estudiosos do assunto acerca da origem desta técnica, esta bastante claro que esteve presente desde o início da atividade econômica do homem, claro que de maneira diferente da que é vivenciada nos dias de hoje.

2.2 - Auditoria interna

O Instituto dos Auditores Internos do Brasil – AUDIBRA (2004) define Auditoria Interna como:

Uma atividade independente e objetiva que presta serviços de avaliação e de consultoria com o objetivo adicional de valor e melhorar as operações de uma organização. A auditoria auxilia a organização a alcançar seus

objetivos através de uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança corporativa.

ATTIE (2006, p. 52) explica que:

A importância que a auditoria interna tem em suas atividades de trabalho serve para a administração como meio de identificação de que todos os procedimentos internos e políticas definidas pela companhia, os sistemas contábeis e de controles internos estão sendo efetivamente seguidos, e todas as transações realizadas estão refletidas contabilmente em concordância com os critérios previamente definidos.

Porém o auditor interno não deve desenvolver atividades que ele possa vir um dia a examinar (como por exemplo, elaborar lançamentos contábeis), para que não interfira em sua independência. Além disso, o mesmo profissional não deve estar subordinado àqueles cujo trabalho examina.

Segundo a NBC T 12, aprovada pela resolução CFC nº986/2003:

A Auditoria interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturadas para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e dos controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento dos seus objetivos.

A auditoria interna possui caráter permanente, pois é realizada dentro da empresa de forma continuada, verificando todos os controles contábeis e administrativos, detectando as falhas e deficiências destes controles, trazendo vantagens relevantes à empresa e ao auditor.

FRANCO e MARRA (2009, p.211), citam abaixo vantagens que a empresa auditada obtém:

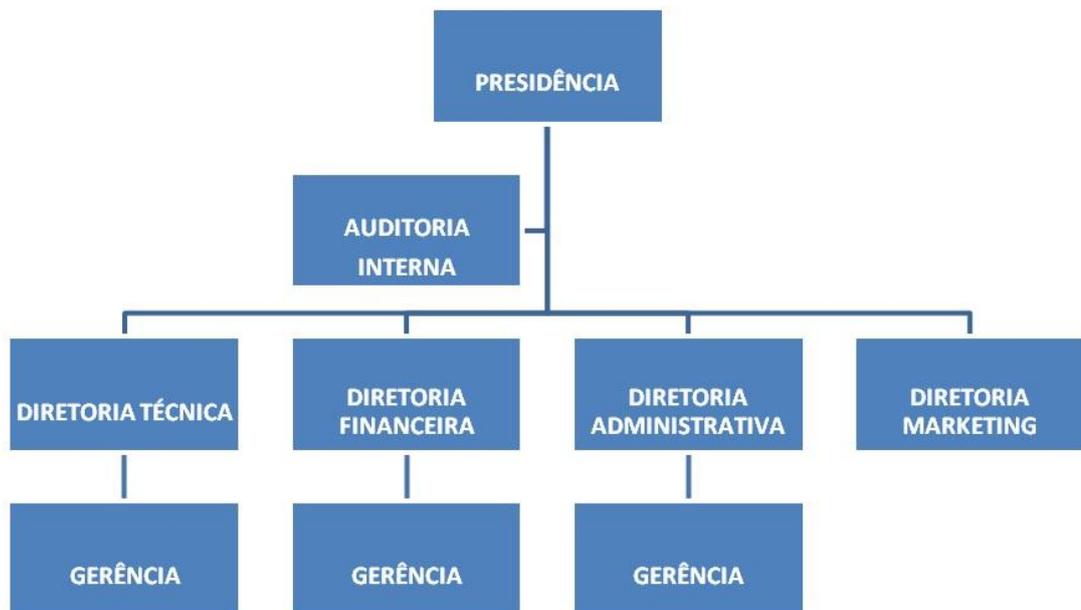
a) O auditor faz uma só vez o levantamento do sistema de organização e controles internos da empresa, para sua avaliação e consequente programação da auditoria. Se a empresa contrata esporadicamente auditores, cada um deles deve proceder, antecipadamente, esses levantamentos, onerando o custo do serviço. A atualização dos programas de auditoria, já executados 25 anteriormente, é mais simples do que a elaboração de novos programas;

b) Conhecidas às falhas e as deficiências da organização e dos controles da empresa, o auditor não somente aponta essas anomalias, mas também tem interesse em sua regularização, para facilitar seu trabalho futuro;

c) A familiarização do auditor com a organização e as operações da empresa torna mais eficiente seu trabalho, o que reduz o tempo necessário para execução e, conseqüentemente, seu custo;

d) O fato de a empresa possuir auditor externo em caráter permanente, que se torna conhecedor de suas operações e seus problemas, permite ao auditor dar à empresa, também em caráter permanente, eficiente assessoramento em assuntos contábeis e fiscais.

Sendo assim a Auditoria Interna, colocada dessa forma, em nível recomendável para efeito do bom controle Interno, ficaria situada da seguinte forma em uma estrutura organizacional:



QUADRO 1 - Posicionamento do departamento de Auditoria Interna

FONTE: Almeida (1996 p 25).

Segundo o Manual de Auditoria Interna (2008 p. 7):

A Unidade de Auditoria Interna, quanto à vinculação hierárquica, deve estar subordinada a Presidência, e não às autoridades hierarquicamente inferiores. Essa vinculação tem por objetivo proporcionar ao setor de auditoria interna, independência organizacional.

2.3 - OBJETIVOS DA AUDITORIA INTERNA

Quanto aos objetivos, ATTIE (1992, p.29) sintetiza que a Auditoria Interna tem por objetivo:

- Examinar a integridade e fidedignidade das informações financeiras e operacionais e os meios utilizados para auferir, localizar, classificar e comunicar essas informações;
- Examinar os sistemas estabelecidos, para certificar a observância às políticas, planos, leis e regulamentos que tenham, ou possam ter, impacto sobre operações e relatórios, e determinar se a organização está em conformidade com as diretrizes;
- Examinar os meios usados para a proteção dos ativos e, se necessário, comprovar sua existência real;
- Verificar se os recursos são empregados de maneira eficiente e econômica;

Examinar operações e programas e verificar se os resultados são compatíveis com os planos e se essas operações e esses programas são executados de acordo com o que foi planejado; e · comunicar o resultado do trabalho de auditoria e certificar que foram tomadas as providências necessárias a respeito de suas descobertas.

Segundo AOKI E SAKURAI (1989, apud PAULA, 1999, p.44):

O objetivo é assistir aos membros da organização no cumprimento efetivo de suas responsabilidades, para promover um efetivo controle a um custo razoável, ou seja, o sentido da Auditoria Interna não é apenas observar como os Controles Internos funcionam, mas também averiguar e examinar se as informações estão sendo utilizadas com o objetivo de desenvolver as atividades da empresa.

2.3.1 - AUDITORIA INTERNA X AUDITORIA EXTERNA

A auditoria interna em específico é o acompanhamento e conferência minuciosa de tudo o que ocorre na empresa, englobando todos os setores: administrativo, contábil e operacional, ao contrário da auditoria externa, que está limitada aos demonstrativos contábeis.

O auditor interno, segundo JANUZZI (2000) quer seja exercida por integrantes da entidade sem vínculo de subordinação com a área auditada ou terceirizada, é um instrumento de assessoria ao administrador.

Já o auditor externo, tem seus trabalhos direcionados à emissão de pareceres e opiniões econômica - financeiras em favor dos acionistas e do conselho de administração, JANUZZI (2000).

Segundo CREPALDI (2007, p.33): Comparando-se os dois tipos de auditoria, podem-se traçar as seguintes características marcantes:

- Auditor externo é independente, contratado para determinada tarefa de auditoria, enquanto o auditor interno é empregado da empresa sem independência;
- As tarefas do auditor externo são delimitadas no contrato, enquanto as tarefas do auditor interno são tão abrangentes quanto forem às operações da empresa;
- A auditoria externa é eventual, enquanto a auditoria interna é periódica;
- O processo utilizado em ambas é analítico e as técnicas assemelham-se;
- As bases em que se assentam os exames são as mesmas: a escrituração, os documentos e os controles;
- Os resultados assemelham-se.

De forma global, o trabalho executado pela Auditoria Interna é idêntico aquele executado pela Auditoria externa. Ambas realizam seus trabalhos utilizando-se das mesmas técnicas de auditoria; ambas têm sua atenção voltada para o controle interno como ponto de partida de seu exame e formulam sugestões de melhorias para as deficiências encontradas, ambas modificam a extensão de seu trabalho de acordo com as suas observações e a eficiência dos sistemas contábeis e de controles internos existentes.

Fonte.: http://www.portaldeauditoria.com.br/tematica/auditoriainterna_diferencasbasicasentreauditoria.htm

Na obra de ATTIE (1995), percebe-se que o autor aponta grande vantagem da auditoria interna sobre a externa, quando comenta:

Uma das grandes vantagens que a auditoria interna exerce sobre a auditoria externa, é a revisão contínua das atividades da empresa, enquanto a externa realiza estes procedimentos de revisão periodicamente.

Entretanto, os trabalhos executados pelos Auditores Internos e Externos têm suas diferenças básicas, caracterizadas segundo ATTIE (1995 p.55) por:

AUDITORIA INTERNA	AUDITORIA EXTERNA
A auditoria é realizada por um funcionário da empresa.	A auditoria é realizada através da contratação de um profissional independente.
O objetivo principal é atender as necessidades da administração.	O objetivo principal é atender as necessidades de terceiros no que diz respeito à fidedignidade das informações financeiras.
A revisão das operações e do controle interno é principalmente realizada para desenvolver o aperfeiçoamento e para induzir ao cumprimento de políticas e normas, sem estar restrito aos assuntos financeiros.	A revisão das operações e do controle interno é principalmente realizada para determinar a extensão do exame e a fidedignidade das demonstrações financeiras.
O trabalho é subdividido em relação às áreas operacionais e às linhas de responsabilidade administrativa.	O trabalho é subdividido em relação às principais contas do balanço patrimonial e da demonstração de resultado.
O auditor diretamente se preocupa com a interceptação e prevenção de fraude.	O auditor incidentalmente se preocupa com a interceptação e prevenção de fraude, a não ser que haja possibilidade de substancialmente afetar as demonstrações financeiras.

<p>O auditor deve ser independente em relação às pessoas cujo trabalho ele examina, porém subordinado às necessidades e desejos da alta administração.</p>	<p>O auditor deve ser independente em relação à administração, de fato e de atitude mental.</p>
<p>A revisão das atividades da empresa é contínua.</p>	<p>O exame das informações comprobatórias das demonstrações financeiras é periódica, geralmente é feito de forma anual.</p>

QUADRO II

FONTE: ATTIE (1995 p.55)

2.4 – Quanto a pessoa do auditor:

Segundo ATTIE (2011, p. 13):

A pessoa do auditor deve ser a de alguém com profundo equilíbrio e probidade, uma vez que sua opinião influenciará outras pessoas, principalmente em relação a interesses financeiros e comerciais que eventuais acionistas, proprietários, clientes e fornecedores, dentre outros, possam ter.

Além disso, o contador deve manter seu nível de competência profissional pelo conhecimento atualizado dos Princípios Fundamentais da Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, das técnicas contábeis, especialmente na área de auditoria, da legislação inerente à profissão, dos conceitos e técnicas administrativas e da legislação específica aplicável à entidade auditada. NBC P1 – NORMAS PROFISSIONAIS DE AUDITOR INDEPENDENTE 1.1 – COMPETÊNCIA TÉCNICO-PROFISSIONAL.

SÁ (2002, p. 58) afirma que:

O auditor precisa ter bom nome profissional e plena independência, isto é, lastro material, moral, intelectual e cultural, para proteger sua clientela contra os ricos naturais, bem como para se manter em uma posição que lhe possibilite realizar suas tarefas, acima de problemas materiais.

2.4.1 – Condições culturais

Para FRANCO (1991 p.145), o auditor independente deve possuir conhecimentos avançados sobre as seguintes matérias:

- Língua Pátria (para estudo e redação de relatórios).
- Uma língua de uso universal.
- Matemática financeira.
- Legislação Comercial.
- Legislação Fiscal.
- Organização e Administração de Empresas.
- Economia e Finanças de Empresariais.
- Processamento de Dados.
- Economia e Técnica Bancária.
- Técnica e Política Comercial.
- Relações Humanas e Públicas.
- Sociologia.
- Psicologia.

FRANCO (1991 p. 145) afirma que:

O trabalho executado pelo auditor deve ter em vista não apenas a existência do registro contábil, mas deve também, em certas circunstâncias, julgar a conveniência, a moralidade e a legalidade das operações e dos contratos realizados pela administração.

2.4.2 – Condições legais

FRANCO, (1991 p.145) coloca que um Auditor Independente:

Deve ser obrigatoriamente, um contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade, nesta categoria. E, além disto, para atuar em demais áreas, como órgãos públicos, o mesmo deverá providenciar seu registro junto aos respectivos órgãos controladores, neste caso, Repartições Federais, Estaduais e Municipais.

2.4.3 – Condições intelectuais

Para FRANCO, (1991 p. 146), são as principais características intelectuais que o auditor deve possuir:

- Inteligência,
- Agilidade mental,
- Opinião própria,
- Independência mental,
- Força de vontade,
- Espírito analítico e observador,
- Ser pesquisador,
- Ser estudioso,
- Possuir sede pelo saber.

O autor ainda coloca que se o auditor não reunir estas qualidades, poderá correr o risco de ser conhecido como sendo um profissional medíocre.

2.4.4 – Condições de integração profissional

As principais condições de integração profissional, em itens ressaltados por FRANCO (1991 p.147):

- Dignidade profissional,
- Vivência na profissão,
- Ambição de progresso profissional,
- Amor à profissão e orgulho dela,
- Independência profissional,
- Filiação a entidades de sua classe,
- Respeito à classe a que pertence,
- Cooperação profissional com colegas,
- Consciência da responsabilidade profissional.

A contribuição individual de cada profissional para a dignificação e o respeito à sua classe é fundamental para o êxito da profissão. (FRANCO 1991 p. 147).

2.4.5 - Condições de educação e civismo

O auditor deve preencher condições de educação e civismo, desejando-se que seja segundo FRANCO (1991 p. 147):

- Educado e compreensivo;
- Tolerante (menos em assuntos morais e técnicos);
- Respeitoso com colegas, clientes e funcionários destes;
- Habilidade no trato;
- Dotado de espírito público;
- Respeitador dos direitos de terceiros;
- Patriota e respeitador das leis e autoridades.

Para compreender fiscalização e julgamento de atos de terceiros, a função de auditor envolve delicados problemas de relações humanas, que exigem um comportamento educado e compreensivo.

2.4.6 – Condições morais

Em FRANCO (1991 p. 146), um auditor independente não basta somente preencher a condição legal, deve também possuir aspectos morais para o exercício da profissão. Dentre os requisitos, destacamos:

- Integridade,
- Idoneidade
- Respeitabilidade,
- Caráter ilibado,
- Padrão moral elevado,
- Vida privada irrepreensível,
- Justiça e imparcialidade.

O autor ainda afirma que o auditor deve colocar sua honorabilidade profissional acima de quaisquer interesses pessoais e os da coletividade acima de todos os interesses de grupos.

2.4.7 – Condições relativas à ética profissional

A ética está presente no exercício de todas as atividades profissionais, porém o auditor deve sujeitar-se a normas específicas, próprias de sua profissão e decorrentes da natureza de suas atividades. FRANCO (1991 p. 148)

FRANCO (1991 p. 148) destaca as principais condições éticas para o exercício do auditor, são elas:

- Não procurar obter clientes em concorrência com seus colegas;
- Executar trabalhos dentro do mais elevado padrão de qualidade;
- Não fazer pronunciamentos nem dar pareceres sem contar com seguros elementos de convicção;
- Cobrar honorários justos, sem se valer das circunstâncias ou dos resultados obtidos pelo cliente com seu trabalho;
- Não aceitar trabalhos de empresas com as quais tenha vínculo econômico ou parentesco com seus diretores;
- Manter o sigilo profissional;
- Não aceitar trabalhos com a finalidade de defender interesses pessoais;
- Demonstrar consideração por sua classe e por seus colegas;
- Respeitar o código de ética da profissão.

2.5. Controles internos

Segundo ATTIE (2011 p. 188) o Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados, AICPA, Estados Unidos, afirma:

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.

Ainda segundo ALMEIDA, (1996 p.50.):

O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Dentro de uma concessionária de veículos existem fatores que tem grande influência para o sistema de controle interno, como a distribuição de responsabilidades, se os registros são capazes de assegurar um controle contábil, e o desempenho das pessoas nas funções a elas atribuídas.

Todos os elementos citados acima agem como sendo primordiais para o bom funcionamento da organização, estabelecendo maior precisão e confiabilidade no resultado da auditoria interna.

2.5.1 - Processo de auditoria

O processo de auditoria interna compreende três grandes fases: planejamento; realização dos procedimentos e técnicas de Auditoria; e emissão do relatório.

2.5.2 – Planejamento

Segundo JÚNIOR (2010, p. 45), o planejamento é uma das fases mais importantes em qualquer tipo de atividade e, especificamente, na auditoria, é a de planejamento dos diversos trabalhos a serem executados.

A NBC T12 – Da auditoria interna estabelece:

O Planejamento do trabalho da Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade.

O planejamento deve considerar os fatores relevantes na execução dos trabalhos, especialmente os seguintes:

- a) - conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade;
- b)- o conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade;

- c) - a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade;
- d) - a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos da Auditoria Interna;
- e) - o uso do trabalho de especialistas;
- f) - os riscos de auditoria quer pelo volume ou complexidade das transações e operações;
- g) - o conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados;
- h) - as orientações e expectativas externadas pela administração aos auditores internos;
- i) - conhecimento da Missão e Objetivos Estratégicos da entidade.

LINS (2011, p. 195), afirma que:

Um planejamento mal elaborado pode comprometer todo o trabalho da auditoria, em alguns casos, de forma irreversível e danosa para a empresa de auditoria, notadamente quando se trata da avaliação dos riscos.

2.5.3 – Procedimentos de auditoria

Para ATTIE (2007, p 157), os procedimentos de auditoria são ferramentas de trabalho que possibilitam formar uma opinião, objetivando fundamentar seu ponto de vista com fatos, evidencias e informações possíveis, necessárias e matérias.

ATTIE (2007, p. 157) afirma que a aplicação dos procedimentos de auditoria precisa estar atrelada ao objetivo que se quer atingir. O objetivo é a meta alcançada. Os procedimentos são os caminhos que levam a consecução do objetivo.

Segundo SÁ (1995, p. 363), procedimentos de auditoria é um conjunto de investigações técnicas que permitem ao auditor formar opinião sobre as demonstrações contábeis examinadas e lhe fornecem base para emitir seu parecer fundamentado.

JÚNIOR (2010, p. 126) afirma que os procedimentos de auditoria representam os trabalhos que serão executados pelo auditor para obtenção da evidência de auditoria que suportará a opinião que será emitida.

Conforme NBC T-12, o item 12.1.2.1 descreve: Os procedimentos de auditoria interna são os exames, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter provas suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações.

Veremos a seguir, alguns tipos básicos de procedimentos conforme BOYNTON, JOHNSON E KELL (2002, p.209).

2.5.3.1 – Inspeção

A inspeção envolve escrutínio cuidadoso e exame detalhado de documentos e registros, e exame físico de recursos tangíveis. Inspeções são utilizadas intensamente em auditoria. Muitas vezes, resultam na coleta e na avaliação tanto de evidencia ascendente como de evidencia descendente.

2.5.3.2 – Confirmação

A confirmação é uma forma de investigação que capacita o auditor a obter informações diretamente com uma fonte externa ao cliente. (...) Confirmações fornecem importante evidência ascendente e são utilizadas em auditoria, porque a evidência assim obtida geralmente é objetiva e provém de fonte independente.

2.5.3.3 – Contagem

As duas aplicações mais usuais de contagem são (1) contagem física de recursos tangíveis, tais como o caixa em tesouraria ou estoque em mãos, e (2) localização de todos os documentos pré-numerados. A primeira constitui uma forma de avaliação da evidência física da quantidade em mãos, enquanto a segunda pode ser vista como uma forma de avaliação dos controles internos da companhia, mediante evidencia objetiva da integridade dos registros contábeis.

2.5.3.4 – Observação

A observação relaciona-se a acompanhar ou testemunhar a realização de alguma atividade ou processo. O auditor também pode observar o cuidado com que empregados realizam a contagem anual dos estoques em mãos. (...) Assim o objeto de observação são pessoas, procedimentos, processos.

2.6.3.5 – Repetição

Um importante procedimento de auditoria é a repetição, pelo auditor, de conciliações e cálculos realizados pelo cliente- totais de lançamentos contábeis, cálculos de depreciação, de juros, de ágios ou deságios no lançamento de bônus etc. O auditor também pode recalcular aspectos selecionados do processamento e determinadas transações, para verificar se o processamento original atende aos controles internos estabelecidos pela companhia.

2.5.4 – Técnicas De Auditoria:

TÉCNICAS	DESCRIÇÃO DAS TÉCNICAS DE AUDITORIA
Exame Físico – proporciona ao auditor a formação da opinião quanto à existência física do objeto ou item examinado;	<ul style="list-style-type: none"> • Contagem de Caixa; • Contagem de duplicatas a receber/a pagar; • Contagem de estoques.
Confirmação – implica a obtenção de declaração formal e imparcial de pessoas independentes à empresa e que estejam habilitadas a confirmar.	<ul style="list-style-type: none"> • Confirmação de contas a receber; • Confirmação de bancos conta movimento. • Confirmação das pessoas autorizadas a assinar pela empresa.
Exame de Documentos Originais – é o procedimento de auditoria voltado para o exame de documentos que comprovem transações comerciais ou de controle.	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos de vendas realizadas; • Documentação de serviços adquiridos ou vendidos.
Conferência de Cálculos – é o procedimento voltado para a constatação da adequação das operações aritméticas.	<ul style="list-style-type: none"> • Soma do razão auxiliar de clientes/ fornecedores; • Cálculo dos juros a receber/pagar.
Exame de Escrituração – é a técnica	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de contas a receber

<p>utilizada para a constatação de veracidade das informações contábeis.</p>	<p>diversas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise da conta razão de caixa; • Conciliação bancária.
<p>Investigação Minuciosa - é o exame em profundidade da matéria auditada, que pode ser um documento, uma análise, uma informação obtida, entre outras:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Exame minucioso de razoabilidade da provisão para devedores duvidosos; • Exame detalhado da documentação de compras/vendas; • Exame minucioso dos pagamentos realizados.
<p>Inquérito – consiste na formulação de perguntas na obtenção de respostas satisfatórias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Inquérito acerca do aumento de vendas do período; • Inquérito sobre a existência de duplicatas a receber em atraso; e • Inquérito sobre controles internos existentes.
<p>Exame dos Registros Auxiliares – é o suporte de autenticidade dos registros principais examinados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Exame de registro auxiliar de contas a receber/a pagar; • Exame de registro auxiliar de vendas; • Exame de registro auxiliar de recebimentos e pagamentos.
<p>Correlação das Informações Obtidas – é o relacionamento harmônico do sistema contábil de partidas dobradas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Correlação do recebimento de duplicatas a receber que afetam as contas a receber; • Correlação dos pagamentos a fornecedores que afetam as contas a pagar e o disponível; • Constituição da provisão para

	devedores duvidosos que afeta o resultado e as contas a receber.
Observação – é a técnica indispensável à auditoria, pode revelar problemas ou deficiências através de exames.	<ul style="list-style-type: none"> • Observação quanto à uniformidade de obediência aos princípios de contabilidade; • Observação de passivos não registrados.

Quadro 3 - Técnicas de Auditoria
Fonte: adaptado de ATTIE (1992)

As técnicas da Auditoria Interna têm, entre outros, o escopo de assessorar a administração na prevenção de fraudes e erros, porquanto são efetuados com bases em testes, de tamanho e periodicidade apropriados.

2.5.5 – Relatórios de auditoria interna

A RESOLUÇÃO CFC Nº 986/03 que Aprova a NBC T 12 - Da Auditoria Interna, descreve no item 12.3 sobre as Normas Relativas ao relatório do Auditor Interno, que:

12.3.1 – O relatório é o instrumento técnico pelo qual o auditor interno comunica os trabalhos realizados, suas conclusões, recomendações e as providências a serem tomadas pela administração.

O Relatório é o ponto de ligação entre o trabalho planejado e o efetivamente realizado. É o instrumento que revela à administração da empresa a qualidade e a contribuição da Auditoria Interna, suas constatações, opiniões técnicas e recomendações.

O item 12.3.2 revela quais as características que o relatório deve ter:

12.3.2 – O relatório deve ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar claramente os resultados dos trabalhos realizados.

O Relatório do auditor é o produto final do seu trabalho e, como tal, deve ser apresentado, visto e entendido pelo auditado, ou mesmo pelo usuário da auditoria.

Na mesma norma os itens 12.3.3 e 12.3.4, instruem que:

12.3.3 – O relatório do auditor interno é confidencial e deve ser apresentado ao superior imediato ou pessoa autorizada que o tenha solicitado.

12.3.4 – O auditor interno deve, no seu relatório, destacar, quando for o caso, as áreas não examinadas, informando os motivos pelos quais não as contemplou.

O Relatório deve conter avaliações precisas dos fatos verificados, recomendando mudanças que visem ao saneamento das irregularidades levantadas, estabelecendo controles e conferências que possibilitem eliminá-las em definitivo.

2.5.5.1 – Importância do relatório

Para o Auditado:

- funciona como uma avaliação do trabalho do auditado;
- indica a necessidade de ações corretivas.

Para a Administração:

- É um indicador de avaliação do desempenho dos seus profissionais, em suas funções.

Para a Auditoria:

- Objetivamente, é um dos meios pelo qual a alta administração julga e avalia a qualidade da auditoria.

2.5.5.2 – Tipos de relatórios

Relatórios Preliminares:

- relatórios periódicos, emitidos durante o andamento de uma auditoria;
- apresentam maior simplicidade na formulação;

- são ágeis na discussão dos pontos junto ao auditado.

Relatórios Finais:

- são completos e abrangentes;
- incluem informações quanto à natureza dos assuntos, escopo do trabalho e índice de pontos;
- incluem, além dos fatos e recomendações, uma opinião geral sobre a área auditada.

Relatórios Especiais:

- São originários de trabalhos de natureza especial, como por exemplo:
- compra de uma empresa;
- avaliação de um projeto específico;
- acompanhamento da fabricação de equipamento de grande porte adquirido pela empresa;
- assuntos confidenciais, que não podem ser tratados em relatórios normais;
- trabalhos específicos, como: apreciação da atuação de executivos; suposições de fraudes; etc.

2.6 – Ética Profissional

Seria impossível falar da auditoria contábil sem abordar a ética profissional, que, segundo ARAUJO (2008, p.11) se caracteriza como a forma de ser e agir íntegra, uma série de preceitos morais, pelos quais o ser humano deve guiar sua conduta.

Segundo ATTIE (2011, p. 13), a profissão de auditoria exige assim a obediência aos princípios éticos profissionais que fundamentalmente se apoiam em:

- Independência;
- Integridade;
- Eficiência;
- Confidencialidade.

2.6.1 – Independência

Ainda segundo ATTIE (20011, p. 14), a independência é condição primordial do trabalho de auditoria, para a obtenção dos elementos de prova e exercício de seu julgamento. O condicionamento de seus atos, para o exercício de sua função, constitui-se elemento restritivo e, portanto, impeditivo de executar o que de fato é necessário. Dado a isso, pode não reunir as melhores e mais eficientes provas cabais que, a seu juízo, seriam vitais para a emissão de sua opinião.

Conforme a Resolução CFC nº 1.267/09, que aprova a NBC PA 02 acerca da independência, Entende-se como independência o estado no qual as obrigações ou os interesses da entidade de auditoria são, suficientemente, isentos dos interesses das entidades auditadas para permitir que os serviços sejam prestados com objetividade. Em suma, é a capacidade que a entidade de auditoria tem de julgar e atuar com integridade e objetividade, permitindo a emissão de relatórios imparciais em relação à entidade auditada, aos acionistas, aos sócios, aos quotistas, aos cooperados e a todas as demais partes que possam estar relacionadas com o seu trabalho.

2.6.2 – Integridade

Segundo BOYNTON, JOHNSON, KELL (2002, p.106), Integridade é uma característica pessoal indispensável em um CPA. (..) Para que atendam a esse princípio, os membros devem ser honestos e sinceros. Integridade permite erros não intencionais e diferenças de opinião legítimas. Não tolera, contudo, distorção intencional de fatos ou subordinação de julgamento.

2.6.3 – Eficiência

Para ATTIE (2002, p. 15), O auditor só deve emitir sua opinião ou dar informações quando o exame assim o permitir e houver condições para fazê-lo. Seu parecer precisa ser redigido com objetividade e clareza, em qualquer circunstância, seja em condições favoráveis ou não, e apresentar as razões que motivaram o auditor a tal conclusão.

2.6.4 – Confidencialidade

O trabalho de auditoria permite que a pessoa do auditor e os assistentes designados para o trabalho tenham livre e irrestrito acesso a informações estratégicas importantes, assim como a característica de produção, distribuição etc. Estes são elementos de significativa importância, uma vez que também permitem conhecer os elementos patrimoniais e o resultado, não só das operações em curso, mas também da estratégia montada pela organização, que pode redundar em variações patrimoniais significativas presentes ou futuras. ATTIE (2011, p. 15).

Afirma ATTIE (2011, p.15) que, em virtude disso, a confidencialidade torna-se elementar na atividade da auditoria e as informações obtidas somente podem ser usadas na execução do serviço para o qual o auditor foi contratado, não devendo ele, em nenhuma hipótese, divulgar fatos que conheça e/ou utilizar-se dessas informações em seu próprio benefício ou de terceiros.

2.7 - Fraude e erro

O CFC (2003), em seu item 12.1.3.2 traz considerações a respeito da fraude:

12.1.3.2 – O termo “fraude” aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.

Já em 2009 a Resolução CFC Nº. 1.207/09, que Aprova a NBC TA 240, define que: fraude é o ato intencional de um ou mais indivíduos da administração, dos responsáveis pela governança, empregados ou terceiros, que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal.

E no item 12.1.3.3 da Resolução 2003, descreve sobre erro:

12.1.3.3 – O termo “erro” aplica-se a ato não intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.

Diante dos possíveis riscos patrimoniais, a auditoria (interna e independente) se apresenta como um necessário e oportuno instrumento de prevenção.

Dependendo da complexidade e do volume de operações de uma organização, a auditoria interna se torna imprescindível para identificar fraudes e erros no seu nascimento.

NBC, T11, item 11.1.4.2 afirma:

Ao detectar erros relevantes ou fraudes no decorrer dos seus trabalhos, o auditor tem a obrigação de comunicá-los à administração da entidade e sugerir medidas corretivas, informando sobre os possíveis efeitos no seu parecer, caso elas não sejam adotadas.

Observa-se o quanto é importante ter um bom sistema de controle interno capaz de detectar improbidades ou ilegalidades no processo de trabalho. É bom frisar que o trabalho do auditor é de certificar ou autenticar o correto processo de trabalho, pois a responsabilidade pelo controle é da entidade auditada.

Os auditores internos devem ter conhecimentos técnicos sobre os sistemas e procedimentos da organização, bem como sobre os tipos e características básicas de fraude ou erros possíveis de ocorrerem na área de atividades de seus exames. Devem, ainda, serem capazes de identificar os indícios de possíveis ocorrências de fraudes ou riscos de atos atentatórios, aqui incluídos os erros, ao patrimônio da organização.

RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.207/09, que Aprova a NBC TA 240:

Se, como resultado de uma distorção decorrente de fraude ou suspeita de fraude, o auditor encontrar circunstâncias excepcionais que coloquem em dúvida sua capacidade de continuar a realizar a auditoria, este deve:

(a) determinar as responsabilidades profissionais e legais aplicáveis à situação, inclusive se é necessário ou não o auditor informar à pessoa ou pessoas que aprovaram a contratação da auditoria ou, em alguns casos, às autoridades reguladoras. No Brasil, existem obrigações determinadas pelas autoridades reguladoras;

(b) considerar se seria apropriado o auditor retirar-se do trabalho, quando essa saída for possível conforme a lei ou regulamentação aplicável; e

(c) caso o auditor se retire:

(I) discutir com pessoa no nível apropriado da administração e com os responsáveis pela governança a saída do auditor do trabalho e as razões para a interrupção;

(II) determinar se existe exigência profissional ou legal de comunicar a retirada do auditor do trabalho e as razões da saída à pessoa ou pessoas que contrataram a auditoria ou, em alguns casos, às autoridades reguladoras.

2.8 – A importância e necessidade da auditoria interna

Com o constante desenvolvimento das empresas e a diversificação de suas atividades econômicas, a Auditoria Interna vem se tornando um recurso indispensável para avaliar a eficiência dos gestores e zelar pela confiabilidade das informações geradas.

Segundo PAULA (1999, p.40): A Auditoria Interna é importante para a entidade por que:

- É parte essencial do sistema global do controle interno;
- Leva ao conhecimento da alta administração o retrato fiel do desempenho da empresa, seus problemas, pontos críticos e necessidades de providências, sugerindo soluções;
 - Mostra os desvios organizacionais existentes no processo decisório e no planejamento;
 - É uma atividade abrangente, cobrindo todas as áreas da empresa;
 - É medida pelos resultados alcançados na assessoria à alta administração e à estrutura organizacional, quanto ao cumprimento das políticas traçadas, da legislação aplicável e dos normativos internos;
 - Apresenta sugestões para a melhoria dos controles implantados ou em estudos de viabilização;
 - Recomenda redução de custos, eliminação de desperdícios, melhoria da qualidade e aumento da produtividade;
 - Assegura que os controles e as rotinas estejam sendo corretamente executados, que os dados contábeis merecem confiança e refletem a realidade da organização e que as diretrizes traçadas estão sendo observadas;

- Estimula o funcionamento regular do sistema de custos, controle interno e o cumprimento da legislação;
 - Coordena o relacionamento com os órgãos de controle governamental;
 - Avalia, de forma independente, as atividades desenvolvidas pelos diversos órgãos da companhia e por empresas controladas e coligadas;
- Ajuda a administração na busca de eficiência e do melhor desempenho, nas funções operacionais e na gestão dos negócios da companhia.

Paula (1999, p.42) afirma que a Auditoria Interna é necessária para a entidade:

- Para garantir que os procedimentos internos e as rotinas de trabalho sejam executados de forma a atender aos objetivos da entidade e às diretrizes da alta administração;
 - Porque atesta a integridade e fidedignidade dos dados contábeis e das informações gerenciais, que irão subsidiar as tomadas de decisão dos dirigentes;
 - Por salvaguardar os valores da entidade;
 - Porque, mesmo com todos os controles perfeitos, ainda existiriam pessoas em seus quadros de funcionários sujeitas às naturais fraquezas humanas, para as quais não existem controles;
 - Por permitir a análise dos dados com isenção e independência;
 - Porque assessora a administração no desempenho de suas funções e responsabilidades, fortalecendo o controle interno;
 - Por sua importância como órgão de assessoramento, servindo como olhos e ouvidos de seus dirigentes;
 - Porque colabora com o fortalecimento dos Controles Internos e ajuda a agregar valor aos produtos;
 - Porque assegura à alta administração que as diretrizes administrativas e de ordem legal estão sendo cumpridas adequadamente;
 - Porque a Auditoria Interna traduz-se num dos braços da alta administração.

3 - ESTUDO DE CASO

3.1 – Histórico da empresa

A empresa X em questão é uma sociedade de grande porte no ramo de Revenda de Veículos automotores, e possui campo de atuação amplo no Centro-Nordeste, Vale do Aço e no Leste mineiro com a Marca Volkswagen.

Iniciou suas atividades no ano de 1995, na região do centro nordeste mineiro, sendo a primeira concessionária Volkswagen e revendedora de veículos diversos a ser adquirida pela família, que resolveu entrar no ramo de automóveis após acompanhar a grande expansão da indústria automobilística iniciada nos anos 60.

Procurando expandir sua atuação, em 2003, realizou a aquisição de mais uma concessionária Volkswagen na região do Vale do Aço. Passando a atuar em 2006, também na cidade de Caratinga.

Sendo hoje um forte conglomerado de empresas, além de ser o maior comercializador de veículos automotivos da região a qual se estabelece.

Possui como diversificação, as seguintes atividades:

Veículos

- Comércio a varejo de automóveis;
- Comércio a varejo de camionetas;
- Comércio a varejo de utilitários usados,
- Venda para pessoa física;
- Venda para pessoa jurídica;
- Vendas Especiais direto de fábrica para produtores rurais, pequenas empresas, profissionais da rede, entidades assistenciais, igrejas e entidades religiosas, indústria farmacêutica, taxista com isenção e sem isenção, deficientes físicos.

Peças e Acessórios

- Peças originais de veículos da marca Volkswagen;

- Produtos para mecânica e lanternagem em geral;
- Toda linha de acessórios para veículos;
- Instalação de insulfime;
- Venda de Pneus.

Assistência Técnica;

- Serviços:
 - Lanternagem / multimarcas;
 - Pintura / multimarcas;
 - Martelinho de Ouro;
 - Alinhamento;
 - Balanceamento;
 - Mecânica em geral;

3.2 Metodologia

RAUPP E BEUREN (2004):

Na busca de informações para elaboração do presente estudo a pesquisa bibliográfica é indispensável, ela é desenvolvida através de materiais já elaborados, geralmente livros e artigos, objetivando recolher informações e conhecimentos relacionados ao assunto a ser explorado.

Por meio da realização de pesquisa exploratória, juntamente com estudo de caso e pesquisas bibliográficas, buscaremos alcançar os objetivos do presente trabalho, visando à valorização do contador como profissional de auditoria.

Neste sentido, SILVA (203, p.60) ressalta que a pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente ou como parte de pesquisa empírica.

E que segundo VERGARA (2004, p.48) fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas pode esgotar-se em si mesma.

O método de estudo de caso, de acordo com MAXIMIANO (1987, p. 20), pode registrar a história de uma empresa ao longo de certo período, restringindo-se a descrever uma trajetória ou segmento histórico, para que o leitor faça a análise a seu critério.

E segundo COLLIS e HUSSEY (2005, p. 73), os estudos de caso descritivos procuram descrever exatamente situações e práticas correntes, e destacam que é um exame extensivo de único exemplo de um fenômeno de interesse.

Como instrumento de pesquisa será adotado o questionário. GIL (2002) define questionário como:

Uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas.

Com base nessa pesquisa, foi elaborado pelo professor Contador Denílson Santos o questionário a seguir para conclusão da pesquisa:

3.2.1 - Análise dos controles gerais

3.2.1.1 Análise dos controles internos

Questionário de controle interno					
Controles gerais		Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	Existe organograma definindo funções e hierarquia?			2	2
2	Existe auditoria interna, funcionando com efetividade?		1	3	
3	São utilizados relatórios para a Diretoria/Gerência para acompanhar a evolução das vendas?			3	1
4	Os atos constitutivos legais da empresa estão devidamente arquivados?			4	
5	A empresa é administrada pessoalmente por seus proprietários?			3	1
6	Existe uma forma eficaz de cada chefe de setor prestar suas contas ao Administrador geral?			4	
7	Os livros contábeis obrigatórios estão devidamente escriturados, registrados e arquivados?			4	

8	As declarações fiscais (DCTF, DACON, DIPJ, ECD, FCONT, EFD, EFD CONTRIBUIÇÕES) são todas entregues no prazo com legitimidade das informações prestadas?			4	
9	Há reuniões periódicas com os colaboradores para verificação da regularidade de suas atividades?			3	1
10	Os sócios/proprietários possuem adequada formação administrativa/contábil/gerencial?		1	3	
Número de respostas		0	2	33	5

- Os controles internos da empresa estão organizados, há um organograma definido dentro da empresa, há auditoria interna funcionando com efetividade, sendo que empresa é administrada diretamente pelos seus sócios, são feitas reuniões periódicas com funcionários para a verificação de irregularidades dentro da empresa.
- A forma de funcionamento da empresa fornece base para o bom funcionamento da auditoria interna.

3.2.1.2 Análise dos Controles das Disponibilidades

Questionário de controle das disponibilidades					
Controles gerais		Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	Existe um caixa geral e um caixa para cada setor da empresa?	2	1	1	
2	Quem autoriza os pagamentos é a mesma pessoa que controla o caixa?	3	1		
3	Todo o pagamento é feito em cheque, com emissão de cópias?	1	3		
4	O caixa trabalha com um fundo fixo?			4	
5	O caixa emite recibo/nota fiscal de seus recebimentos?			4	
6	O caixa exige recibo/nota fiscal de cada pagamento que efetua?			4	
7	O mesmo caixa que paga é o que recebe?			3	1
8	O caixa é fechado diariamente?			4	
9	O dinheiro do caixa é conferido diariamente?		1	3	
10	O funcionário do caixa é o mesmo que emite os cheques, faz os saques e depósitos?	2	2		
Número de respostas		8	8	23	1

- O sistema de controle das disponibilidades da empresa é feito através de um único caixa, sendo que são diferenciadas as responsabilidades quanto á emissão de cheques e deposito realizados. Os pagamentos dos boletos são realizados pela matriz em Ipatinga, o pagamento a funcionários é realizado via credito em conta, a empresa trabalha com fundo fixo, há emissão de documento comprobatório para cada recebimento ou pagamento, sendo realizado todos os dias a conferencia em relação ao valor monetário em caixa.

3.1.3 Análise dos Controles das Compras

Questionário de controle das compras					
Controles gerais		Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	As compras são efetuadas pelos sócios/proprietários?	4			
2	As compras são efetuadas por um funcionário?			2	2
3	São efetuadas e fornecidas as listagens das faltas para as compras?			4	
4	Para cada compra é gerado um pedido de compra?		1	3	
5	Este pedido de compra é devidamente arquivado?		1	2	1
6	Existe um confronto do pedido de compras com a nota fiscal?		2	2	
7	No pedido de compras são considerados: tributos, fretes e outras despesas?	1	1	2	
8	Os prazos de pagamento das compras estão definidos no pedido de compras?			3	1
9	Os prazos de entregas das compras estão definidos no pedido de compras?		1	2	1
10	No momento das compras é considerado o giro dos estoques?			2	2
Número de respostas		5	6	22	7

- As compras são efetuadas por um funcionário mediante listagens e é gerado através deste um pedido de compra, que em alguns setores é arquivado e em outros não, nem sempre é feito o confronto do pedido de compras com a nota fiscal, sendo que não considera-se os valores de frete e impostos que virão acrescidos na nota fiscal das mercadorias pedidas.

3.1.4 Analise dos controles dos estoques

6.4 - Questionário de controle de estoques					
Controles gerais		Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	Os estoques são separados por setores?				
2	Os estoques são conferidos regularmente em suas quantidades?				
3	No momento do recebimento das compras é feita conferência somente por volumes?				
4	Para efetuar as saídas do estoque são utilizadas requisições?				
5	Existe um responsável pelo gerenciamento dos estoques?				
6	Este responsável pelos estoques possui outra função na empresa?				
7	No fechamento do balanço são confrontados os estoques com os saldos contábeis?				
8	Existe muito estoque obsoleto?				
9	Existe muito estoque com pouco giro?				
10	Os sócios/ proprietários acompanham o movimento dos estoques?				
Número de respostas					

Os estoques são separados por setor, e há conferência regular dos mesmos; o controle é bem organizado, pois para cada saída há uma requisição. Em todo fechamento de balanço são confrontados os estoques com os saldos contábeis, é feito acompanhamento pelos sócios proprietários do movimento dos estoques, e mesmo diante desta conferência restam estoques obsoletos e também estoques com pouco giro.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho concluímos que o problema: ***Como a auditoria interna pode ser utilizada na prevenção de erros e fraudes nas empresas, a partir de um estudo de caso na empresa X do ramo de veículos?***, foi plenamente respondido e concluímos que a auditoria interna pode realmente ajudar a prevenir a ocorrência de fraudes e erros.

A empresa objeto do estudo de caso possui um adequado sistema de controle interno, devendo atentar apenas para o seguinte:

- Melhorar, e adequar o arquivamento dos pedidos de compra;
- Confrontar o pedido de compras com a nota fiscal de entrega de mercadorias;
- Conferir no ato do recebimento das mercadorias não apenas os volumes, mas o conteúdo dentro de cada volume;
- Considerar os tributos, fretes e outras despesas, nos pedidos de compras.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ATTIE, William – **Auditoria: Conceitos e Aplicações** - São Paulo – Editora Atlas – 2ª edição – 2011.

MAUTZ, R. K. – **Princípios de Auditoria** - São Paulo – Editora Atlas – 4ª edição.

LINS, Luiz dos Santos – **Auditoria: Uma Abordagem Prática com Ênfase na Auditoria Externa**- São Paulo- Editora Atlas.

SÁ, A.M. Lopes – **Dicionário de Contabilidade** – São Paulo – Editora Atlas S.A – 9ª edição – 2002.

JÚNIOR, José Hernandez Perez – **Auditoria de Demonstrações Contábeis, Normas e Procedimentos** – São Paulo – Editora Atlas S.A – 4ª edição.

CASTRO, Domingos Poubel de. – **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público, Integração das Áreas do Ciclo de Gestão: Contabilidade, Orçamento e Auditoria e Organização dos Controles Internos, como suporte à Governança Corporativa.** – São Paulo – Editora Atlas S.A – 3ª edição.

ARAUJO, I.P.S; ARRUDA, D.G;BARRETO, P.H.T. **Auditoria Contábil: Enfoque Teórico, Normativo e Prático.** São Paulo: Saraiva, 2008.

RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.267/09 - **Aprova a NBC PA 02** – Independência.

BOYSTON, William C; JOHNSON, Raymond N; KELL, Walter G – **Auditoria** – São Paulo – Editora Atlas – 2002.

ATTIE, William. **Auditoria Interna.** São Paulo: Atlas, 1992.

PAULA, Maria Gorete Miranda Almeida. **Auditoria Interna: Embasamento Conceitual e Suporte Tecnológico.** São Paulo: Atlas, 1999.

[http://www.ifam.edu.br/cms/images/file/Normas%20Brasileira%20de%20Contabilidade e Auditoria%20Interna_NBCT_12.pdf](http://www.ifam.edu.br/cms/images/file/Normas%20Brasileira%20de%20Contabilidade%20e%20Auditoria%20Interna_NBCT_12.pdf), consulta disponível no dia 29/11/2012.

http://www.portaldeauditoria.com.br/tematica/auditoriainterna_diferencasbasicasentre_auditoria.htm, consulta disponível no dia 15/11/2012.

ANEXOS

6.1 - Questionário de controle interno					
Controles gerais		Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	Existe organograma definindo funções e hierarquia?				
2	Existe auditoria interna, funcionando com efetividade?				
3	São utilizados relatórios para a Diretoria/Gerência para acompanhar a evolução das vendas?				
4	Os atos constitutivos legais da empresa estão devidamente arquivados?				
5	A empresa é administrada pessoalmente por seus proprietários?				
6	Existe uma forma eficaz de cada chefe de setor prestar suas contas ao Administrador geral?				
7	Os livros contábeis obrigatórios estão devidamente escriturados, registrados e arquivados?				
8	As declarações fiscais (DCTF, DACON, DIPJ, ECD, FCONT, EFD, EFD CONTRIBUIÇÕES) são todas entregues no prazo com legitimidade das informações prestadas?				
9	Há reuniões periódicas com os colaboradores para verificação da regularidade de suas atividades?				
10	Os sócios/proprietários possuem adequada formação administrativa/contábil/gerencial?				
Número de respostas					

6.2 - Questionário de controle das disponibilidades					
Controles gerais		Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	Existe um caixa geral e um caixa para cada setor da empresa?				
2	Quem autoriza os pagamentos é a mesma pessoa que controla o caixa?				
3	Todo o pagamento é feito em cheque, com emissão de cópias?				
4	O caixa trabalha com um fundo fixo?				
5	O caixa emite recibo/nota fiscal de seus recebimentos?				
6	O caixa exige recibo/nota fiscal de cada pagamento que efetua?				

7	O mesmo caixa que paga é o que recebe?				
8	O caixa é fechado diariamente?				
9	O dinheiro do caixa é conferido diariamente?				
10	O funcionário do caixa é o mesmo que emite os cheques, faz os saques e depósitos?				
Número de respostas					

6.3 - Questionário de controle das compras					
Controles gerais		Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	As compras são efetuadas pelos sócios/proprietários?				
2	As compras são efetuadas por um funcionário?				
3	São efetuadas e fornecidas as listagens das faltas para as compras?				
4	Para cada compra é gerado um pedido de compra?				
5	Este pedido de compra é devidamente arquivado?				
6	Existe um confronto do pedido de compras com a nota fiscal?				
7	No pedido de compras são considerados: tributos, fretes e outras despesas?				
8	Os prazos de pagamento das compras estão definidos no pedido de compras?				
9	Os prazos de entregas das compras estão definidos no pedido de compras?				
10	No momento das compras é considerado o giro dos estoques?				
Número de respostas					

6.4 - Questionário de controle de estoques

Controles gerais		Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	Os estoques são separados por setores?				
2	Os estoques são conferidos regularmente em suas quantidades?				
3	No momento do recebimento das compras é feito conferência somente por volumes?				
4	Para efetuar as saídas do estoque são utilizadas requisições?				
5	Existe um responsável pelo gerenciamento dos estoques?				
6	Este responsável pelos estoques possui outra função na empresa?				
7	No fechamento do balanço são confrontados os estoques com os saldos contábeis?				
8	Existe muito estoque obsoleto?				
9	Existe muito estoque com pouco giro?				
10	Os sócios/ proprietários acompanham o movimento dos estoques?				
Número de respostas					